Nos corredores do internato: Panorama das condições habitacionais dos educandos do Instituto de artífices paraense (1872-1881)

Raíssa Cristina Ferreira Costa*

Resumo: Os prestigiados colégios internos do Brasil oitocentista foram objeto de romances e pesquisa destacando várias facetas de seu funcionamento, funcionários e até mesmo alunos. Entretanto, quando se trata dos Colégios e Institutos de Artes de ofício, idealizados para "livrar das garras da pobreza" meninos desvalidos por meio da instrução voltada para o trabalho e para atender uma demanda por trabalhadores especializados em ofícios de manufatura, pouco se discute sobre as condições de vida dos meninos desvalidos internados neles. O objetivo do presente artigo é dar luz as condições em que os educandos artífices paraenses estavam expostos no período em que permaneceram internos na instituição.

Palavras-chave: Instituto Paraense de Educandos Artífices, meninos desvalidos, Internato, Belém/PA, século XIX.

In the halls of the boarding school: Overview of the housing condition of the students from the artificer's institute of Pará (1872-1885)

Abstract: The prestigious boarding schools in nineteenth-century Brazil were the subject of novels and research highlighting various facets of their functioning, employees and even students. However, when it comes to Crafts Arts schools and institutes, conceived to "free from the gripo f poverty" children destitute of fortune through work-oriented instruction and to attend a demand for workers specialized in manufacturing trades, little is discussed about the living conditions of the underprivileged boys interned in them.The purpose of this article is to highlight the conditions in which the artificer students from Pará were exposed during the period in which they remainded in the institution.

Keywords: *Instituto Paraense de Educandos Artífices*, children destitute of fortune, boarding school, Belém/PA, nineteenth-century.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Esta pesquisa faz parte do trabalho de dissertação feito com apoio da CAPES. E-mail: raissa_his11@hotmail.com

CC BY SA

Recebido: 15 de julho de 2021
Aceito: 12 de agosto de 2021

> "É uma organização imperfeita [o internato], aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? [...] A reclusão exacerba as tendências ingênitas? Tanto melhor: é a escola da sociedade. Ilustrar o espírito é pouco; temperar o caráter é tudo. É preciso que chegue um dia a desilusão do carinho doméstico. Toda a vantagem em que se realize o mais cedo. A educação não faz almas: exercita-as. E o exercício moral não vem das belas palavras de virtude, mas do atrito com as circunstâncias. [...] Ensaiados no microcosmo do internato, não há mais surpresas no grande mundo li fora, onde se vão sofrer todas as convivências, respirar todos os ambientes; onde a razão da maior força é a dialética geral [...]" (Pompeia, 2020: 134).

Em seu romance autobiográfico, Raul Pompéia relata sua passagem pelo colégio interno Abílio, destacando as circunstancias as quais foi exposto tendo que conviver confinado com outros meninos de sua faixa etária. No trecho acima, o autor, conta uma das concepções comuns acerca da utilidade dos colégios internos durante o século XIX no Brasil. Segundo o historiador Joaquim Tavares da Conceição, durante todo o período imperial os colégios internos funcionaram em todo país, em sua maioria particulares para formação de filhos da elite. Tais instituições, como a que estudou o romancista, acabaram por fomentar discussões a respeito de sua eficiência para educar menores, sendo criticado por possibilitar a corrupção física e moral nos alunos e de ser um mal necessário em decorrência das grandes distâncias entre pequenas localidades e estabelecimentos de ensino (Conceição, 2012: 35).

Os Institutos e casas para desvalidos não levantaram esse tipo de argumentação sobre a possibilidade de corromperem os educandos internos, pois, como pôde ser observado nos discursos sobre a infância desvalida do século XIX, acreditava ser a sua condição de pobreza a principal causa da dita indolência desses indivíduos, sendo qualquer mudança para um ambiente controlado por mestres uma melhora na sua condição de vida. O Ateneu não é o único romance que retrata a vida em um colégio interno oitocentista[1] levantando questões acerca da sociabilidade dos alunos em ambiente controlado e guardado do mundo exterior, porém todos que tiveram a

[1] Ver também REGO, José Lins do. *O Doidinho.* 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.; NAVA, Pedro. *Balão Cativo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012 e _____. *Chão de Ferro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

oportunidade escrever sobre sua vivência nestas instituições referem-se a instituições particulares com figuras de prestígio. Contudo, o contato com estas obras serviu para fazer refletir algumas características da vida dos educandos artífices do Instituto Paraense, como suas formas de asseio em banhos coletivos, divisão de quartos por idade como no Colégio Abílio de Raul Pompéia.

O Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA) foi o principal estabelecimento de ensino de artes de ofício da província do Pará do século XIX, idealizado para "livrar das garras da pobreza" meninos desvalidos por meio da instrução voltada para o trabalho e para atender uma demanda por trabalhadores especializados em ofícios de manufatura decorrente do período de ápice da exploração da borracha. Durante seus 25 anos de existência sob este nome, atendeu mais 200 meninos paraenses de classes populares, os quais busquei traçar o perfil e as trajetórias durante a pesquisa de dissertação, já que na História das instituições de ensino pouco se tem produzido sobre a histórias dos alunos. Por isso, considerei de suma importância dar luzes a condição deste que são os verdadeiros atores da História da Educação.

O regulamento de 5 de junho de 1873 do IPEA, objeto deste estudo, previa um livro de registro de matrículas, no qual deveriam conter data de matrícula, naturalidade, filiação, etc. Deveria neste livro também ser registrados as aulas frequentadas pelos educandos, sua evolução nas matérias, suas enfermidades, seus castigos, licenças, frequência nas aulas até sua exclusão da casa, "de modo que, [...] conste a história resumida do educando durante sua permanência no instituto"[2]. Infelizmente, nenhum dos estudos que tiveram o IPEA como objeto de pesquisa[3], parecem ter

[2] Colleção das Leis da Província do Pará, Tomo XXXV, primeira parte. Pará Typ do Diário do Gram-Pará, Belém, 1873.

[3] Para mais informações sobre o IPEA vide: BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque.* Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPA, Belém, 2011. FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *"Nós, Os Educandos Artífices Paraenses":* Perfil E Trajetória Dos Aprendizes Do Instituto Paraense De Educandos Artífices (1872-1905). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Belém, 2021. RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-

constatado a existência de tal livro que poderia auxiliar na seara de entender a experiência dos educandos durante seu período de internato. Contudo, é importante o esforço de tentar buscar brechas nas narrativas das documentações oficiais por meio das queixas e pedidos dos pais, das críticas dos jornais e da rebeldia dos educandos; já que a documentação produzida pelos gestores quase sempre, dão a entender que a realidade da instituição era completamente controlada pelo seu regimento sem a possibilidade de abalos. A exemplo o trabalho de Zélia Maria Maia de Souza, utiliza cartas de mães dos internos do Asylo de Meninos Desvalidos analisando as condições de trabalho aos quais os educandos eram expostos (Sousa, 2009: 53), demonstrando como é possível a história da educação encontrar novos caminhos dentro da Microhistória e da História Social.

Aqui o esforço se volta para pensar dimensões importantes da vida dos sujeitos deste estudo: habitação e asseio, que necessidades básicas para vida, algumas das quais temos poucas referências diretas na documentação, entretanto ajudam a entender a condição em que estes meninos estavam subordinados como internos, apartados de suas famílias. Segundo Maria Cecília dos Anjos, podemos considerar que

> No internato as características da vida escolar são simplificadas e levadas ao extremo por suas relações sociais estarem restritas às paredes de uma "instituição total". Separada do convívio com a sociedade e a família, a escola interna [...], é caracterizada pela barreira à relação social com o mundo externo sob a forma de proibições à saída, simbolizadas por muros altos e portões fechados (Anjos, 1979: 12).

Uma boa situação sanitária era uma das exigências para o ingresso no instituto, além de ter entre 7 e 12 anos e ter atestado de pobreza emitido pelo pároco da sua paróquia[4], os educandos precisavam se submeter a inspeção do médico para a constatação e, de preferência, serem vacinados. Preocupações com a higiene e salubridade povoaram as deliberações acerca da vida urbana em vários aspectos, desde o calçamento das ruas até

Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de janeiro, 2004.

[4] Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Tipografia do Diário do Gram-Pará.

circulação de pessoas, era esperado que os internatos não ficariam de fora destas diligencias. Em seu trabalho supracitado, Tavares da Conceição estuda teses dos cursos de medicina desde a segunda metade do século XIX ao início do XX; o historiador destaca a preocupação destes trabalhos com questões higienistas alertando para insalubridade colégios internos, especialmente ligados ao estado dos locais onde estas casas funcionavam. Sobre isto, Tavares descreve a proposta do médico Eurico Branco Ribeiro para uma sede ideal de colégio interno:

> para o funcionamento adequado de um internato um prédio completamente isolado de outros edifícios, com boa disposição e com bastante arvoredo. Sobre esse aspecto ele concluiu que não existiam essas condições para todos os internatos pesquisados, pois alguns deles estavam instalados em —casas que serviram de residências para famílias, casas comuns, situadas entre outras. Segundo ele, os edifícios dos colégios pesquisados podiam ser classificados em prédios especialmente construídos para servirem como colégio-internato e os prédios adaptado para essa função. Embora, os primeiros apresentassem melhores condições sanitárias, todos padeciam de falhas que deveriam ser corrigidas a fim de se adaptarem aos novos conceitos higiênicos. O Dr. Eurico Branco Ribeiro destacava como uma dessas falhas a adoção dos dormitórios coletivos ou —grandes salões, atulhados de camas[...] (Conceição, 2012: 37).

Pode ser observado no anúncio de inauguração do IPEA[5] que ele estava situado na estrada de Nazaré, no terceiro distrito da capital, considerado àquela altura um espaço menos urbanizado, portanto com mais arvores e pouca circulação de pessoas, mas quais eram as condições do prédio que abrigou os meninos desvalidos? Eles dormiam em grandes salões aglomerados como criticava o Dr. Eurico? Seriam eles obrigados a fazer o asseio de forma coletiva como narrara Pompeia?

No final da década de 1870, assim como os alunos do Ateneu, os educandos do IPEA eram divididos em turmas, pelo critério da idade e cada uma possuía seu próprio quarto. Estes eram localizados em saguões pelo edifício original do instituto, e foram alvo de inúmeras reclamações e pedidos de reforma. O relatório de 1878 do instituto descrevia estes aposentos como "acanhado[s], mal ventilado e, por consequência, em más condições

[5] Jornal do Pará. 04/06/1872. p. 01.

higiênicas."[6] O instituto possuía vários problemas estruturais e pouco espaço fazendo com que os educandos vivessem nestes pequenos alojamentos de maneira apertada. As oficinas, os materiais, a produção, os alimentos, a precariedade dos cômodos descritos em 1884 pelo vice-presidente da província como "alcançando estado de ruína", o grave problema das instalações da enfermaria e dos banheiros. Segundo o historiador João Luiz Maximio da Silva, a necessidade de melhorias no espaço físico dos prédios e casas estava relacionado não somente com os aspectos materiais, mas também com os aspectos morais para o bem estar dos indivíduos. João Luiz argumenta que

> Em consonância com o discurso em voga, a organização do espaço não era apenas um caso de melhorar as condições físicas, mas, sobretudo, morais. Exemplo disso, podemos perceber neste parecer apresentado ao Conselho Superior de Saúde Pública em 1886: "(...) o melhoramento das casas dos operários tem um fim não só material, mas também político e moral. (...) Eis porque uma habitação de espaço agradável, bem arejada e iluminada, asseada e dotada de distribuição relativamente confortável, influi sobre a moralidade e bem estar da família (Silva, 2014: 84).

Sendo assim, considerando os ideais higienistas defendidos pelos responsáveis pela administração do instituto, bem como através das notícias dos jornais, verdadeiros vigilantes de seu funcionamento, não é de se estranhar as inúmeras solicitações de melhorias e críticas no tocante a casa que abrigava os educandos artífices do Pará.

O prédio adquirido pelo presidente da província Abel Graça em 1872 era uma antiga residência, pertencente ao comendador Pimenta Bueno[7], era projetada para moradia de uma família, com luxos e espaço de sobra, mas para o número elevados de educandos que o IPEA possuía, e que crescia cada vez mais, não possuía condições satisfatórias para abrigá-los. Ainda neste mesmo ano, o jornal *Liberal do Pará* ocupa quase toda a primeira página somente para denunciar as atitudes do presidente Abel, fazendo uma crítica ao uso indevido do tesouro provincial. Segundo o *Liberal do Pará*, a casa que

[6] Relatório do IPEA 1879, anexo ao relatório da presidência da província de 1880.
[7] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província Abel Graça, Tipografia do Diário do Gram-Pará, 1872.

saiu há um valor de 60:000$000, foi adquirida durante um período em que a assembleia provincial alegava defict, pois, segundo Abel Graça, a construção de um prédio seria duas vezes mais cara, quanto a isso o periódico dizia:

> Não duvidamos que assim acontecesse, atenta a maneira pelo qual se fazem, entre nós atualmente, as obras do governo; mas também é fora de dúvida, mas também é fora de duvida que o prédio comprado pelo sr. Abel é uma casa de luxo, e como esta não se presta para o estabelecimento que é destinada, visto que para dar-se lhe as devidas acomodações será necessário despender não poucas dezenas de contos de réis. Além d'isso não há quem ignore, nesta capital, o fim que teve em vista o dr. Abel, comprando a casa do comendador Pimenta Bueno, foi pagar certos favores que lhe deve a dos quais se quer remir às custas dos cofres da província (...)[8].

Ainda em 1872, um parecer do inspetor do tesouro provincial estimava que as obras que deviam ter sido feitas para ampliação de inúmeros cômodos e alguns ajustes para estrutura acomodar as oficinas, sairia pela quantia de 5:466$840 réis[9], mas que foi suspensa sob alegação falta de recursos nos cofres da província. A casa continuou possuindo estrutura não condizente aos fins do estabelecimento e, com o exponencial aumento do número de educandos que a lei determinava, o espaço ficava cada vez mais impróprio para abrigar a todos e suas atividades. Era preciso que houvesse uma grande reforma.

Tais reformas começaram a ser defendidas na assembleia provincial em dezembro de 1873. O relatório do presidente da província Domingos Cunha Junior reiterava a falta de espaço no prédio adquirido pelo seu antecessor, comentando não haver espaço para alojar novos alunos. Cunha Junior se referia a reforma no regulamento que previa aumentar o número de educandos fixado em 30 para 100, sendo assim, ao seu ver, era necessário não apenas ampliar as oficinas existentes e criar novas, mas também ampliar o alojamento dos educandos. Apesar disto, no mês anterior a esta fala, Domingos mandava admitir 10 educandos além dos 30 que afirmava haver no IPEA na época, por considerar o espaço disponível suficiente[10].

[8] O Liberal do Pará. 23/01/1872. p. 01.
[9] Jornal do Pará. 28/06/1872. p. 02.
[10] Jornal do Pará. 05/11/1873. p. 02.

Domingos afirma que demandou a elaboração de uma planta e orçamento para obras no prédio, de acordo com o que lhe parecia mais necessário para implementação da medida de aumento do número de vagas. A descrição do empreendimento não fala sobre detalhes da condição do prédio existente, mas revela as acomodações da enfermaria eram consideradas insatisfatórias, já que pede uma "casa em separado com as acomodações precisas para a enfermaria"[11]. É provável que a casa principal não possuísse cômodo que atendesse as exigências para um espaço de atendimento de enfermos, sendo considerada próxima demais dos alojamentos e um perigo em caso de doenças contagiosas, bem como pequena demais, sendo tema de inúmeras queixas até a mudança de prédio. Além disso, o relatório de 1873 também revelava que o instituto tinha um mirante, o qual já necessitava de reforma, e duas alas para refeitório e alojamento, assim como no "corpo do edifício" funcionariam somente a parte administrativa, as salas de aulas e as de exposições. Nenhum dos relatórios traz informações sobre as medidas dos cômodos ou planta da casa original.

A reforma sugerida em 1873 foi avaliada em 40:933$980 réis para ser realizada em 3 meses, nela previa-se também dois telheiros com paredes de alvenaria de 330 palmos cada e compartimentos de 60 a 70 palmos para as oficinas. Porém, não há confirmação se a obra foi ou não posta em prática nas fontes consultadas, ainda assim, é possível que sua execução tenha ocorrido, pois no relatório do início 1874 já se comenta que as casas que abrigam as oficinas atuais são modestas, "acanhadas para o trabalho atual"[12], considerando que a proposta de fazer uma reforma no prédio antes de sua inauguração foi negada, as reformas feitas "casas das oficinas" só poderiam ter sido as pedidas por Domingos José Cunha Junior. Ainda assim, o regulamento de novembro de 1873 pedia para que fossem criadas as oficinas de latoeiro, fundidor, sapateiro e cordoeiro que, segundo o relatório, não foram abertas por falta de espaços para acomodá-las.

[11] Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.o vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873.
[12] Relatório apresentado a As. Leg. Provincial na 1sessão da 19.a legislatura-presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo 15 de fevereiro de 1874.

É importante ressaltar que em 1874, após a aprovação do aumento do número de educandos, os meninos ficavam cada vez mais aglomerados em pequenos cômodos de dormitórios, e ainda haviam os que estavam aguardando as condições do prédio melhorarem para ingressar no internato. As preocupações dos administradores do instituto com a disciplina e o controle dos educandos nos mostra que, em um ano de funcionamento, os dormitórios dos educandos não ficavam em ambientes que pudessem ser fechados, trazendo uma preocupação de evasão noturna, lembrando que neste ano os alunos já estavam na faixa etária de 7 a 16 anos. Neste relatório também conta que o xadrez da casa ainda não existia, isto é, um compartimento no qual pudessem se aprisionar educandos indisciplinados como era previsto no regulamento. Em novembro de 1874 o *Jornal do Pará* anunciava a arrematação de consertos e reparos no edifício dos Educandos Artífices, em conformidade com as regras do setor de obras públicas, avaliadas por Guilherme Cruz, engenheiro da província, um dos idealizadores do Instituto. Todavia, não há referências do que se tratavam os reparos e se foram realizados.

O instituto contava com um sério problema de espaço para alojamento de seus moradores, como já pudemos perceber, não sendo diferente com os pertences destes indivíduos. Não é de se estranhar que a documentação não trate nada sobre os hábitos particulares dos educandos em seus momentos de lazer, já que a ginástica prevista para seus recreios não funcionou durante a maior parte do período estudado, sendo assim, informações sobre os pertences dos educandos são igualmente inexistentes. Sendo uma política pensada para meninos desvalidos, é improvável que houvesse alguma exigência de itens para serem levados com o educando no momento da internação, porém não há indicativo se os mesmos eram ou não proibidos de possuir algum objeto além dos livros, borrachinhas e seus uniformes cotidianos e festivos.[13] Ainda assim, as instalações do instituto careciam de armários para as roupas destes educandos e até mesmo o almoxarifado era

[13] Jornal do Pará. 22/10/1873. p. 01. - Ofício manda pagar 18$920 para fornecedor de lápis, papel e borrachinhas.

insuficiente para estocar os materiais das oficinas, obras prontas e os outros gêneros de materiais precisos para casa.

No relatório de janeiro de 1875, quando o IPEA já contava com 61 alunos, temos o início das reclamações mais ferrenhas quanto à insuficiência da estrutura do prédio, trazendo de volta críticas sobre o edifício ter sido originalmente construído para uma casa de família. Nesta fala o presidente, pautado pelo relatório do instituto e pelos ofícios que o diretor trocava diretamente com a presidência, reclama que cozinha, dispensa, enfermaria, oficinas e rouparias faltavam espaço. Neste ano, reformas urgentes foram avaliadas no valor de 1:300$000. Além disso, em agosto o telhado apresentava problemas, sendo solicitado novamente a visita do engenheiro Cruz para avaliar as diversas partes da casa em que a estrutura de madeira que apoia o telhado estava em estado deteriorado[14].

Sobre o espaço das oficinas, as reclamações da falta dele são registradas até o final da década de 80, mesmo após algumas reformas. No ano de 1876, sob a alegação de que o estabelecimento não estava apresentando os resultados esperados por não ter "espaço suficiente para que [se] desenvolva"[15], o presidente da província nomeou cinco pessoas para inspecionar o estabelecimento, dentre eles o chefe de seção do Tesouro provincial e o diretor das oficinas do Arsenal de marinha. Contudo, pela portaria de 30 de dezembro 1875, um pouco antes da fala para assembleia, revela que esta dita comissão tinha não somente o objetivo de inspecionar as condições físicas do edifício, mas também verificar nos livros a regularidade das escriturações[16], as quais continham informações sobre a compra, venda e armazenamento de materiais, ou seja, também conferir a necessidade dos empréstimos feitos pela casa junto ao tesouro provincial, bem como as obras manufaturadas nas oficinas e até mesmo sugerir alterações no regulamento[17].

Além disto, em 1876 é previsto obra para o telheiro da oficina de sapateiro e mais um aumento no espaço das demais oficinas foram orçados

[14] Jornal do Pará. 07/08/1875. p. 01.
[15] Relatório com que Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 19.a legislatura da As. Leg. Provincial-15 de fevereiro de 1875
[16] Jornal do Pará. 21/10/1876. p. 01.
[17] Jornal do Pará. 09/01/1876. p. 01.

em 2:831$130 réis. Vale destacar que em 1876 o corte nas verbas chegou a tal ponto, que todas as oficinas foram suspensas, alegando dificuldade para obter matéria prima, pagamento dos mestres e de dívidas pendentes do instituto, pela falta de recursos[18]. Dispensou-se os educandos para passar férias com a família, apesar de alguns permanecerem nas dependências, também houve economia com a alimentação no período. A situação complicava-se cada vez mais em relação à verba dedicada ao instituto, chegando ao ponto de a Assembleia pensar em fechar as suas portas um ano antes deste ocorrido. Nas páginas do jornal *A Constituição*, que antes defendera com unhas e dentes a administração provincial contra os ataques do jornal opositor *A Província*, agora a colocava em dúvida, uma vez que custava 60 contos de réis anuais à província e "pelo seu fim pela sua lei de criação tem, depois de certo tempo, de ser mantido à sua custa, com rendas suas peculiar e; vão-se já 5 longos anos e não concorre talvez o quinto da despesa."[19]. Não havia periódico que concordasse com o fechamento, todos reconheciam sua importância de formar artistas hábeis e morigerados, porém, tampouco estavam satisfeitos com o trabalho. Na época, inclusive, *A Constituição* chamou atenção para a não existência de um mísero educando formado.

Neste panorama, a situação de habitação dos educandos não melhorou nos anos finais década de 70. Muitos dos educandos ao completar 5 anos de internato se viram em um lugar cheio de problemas de estrutura, que só se multiplicavam. Além do problema entorno do espaço para as oficinas, a situação do refeitório, dos salões que serviam de dormitórios e da enfermaria só agravavam. Em portaria do dia 17 de janeiro de 1877, o presidente da província pediu que o engenheiro Martinho Dominense Pinto Braga examinasse e remetesse o orçamento e planejamento de obras para os dormitórios, salas de aulas e o refeitório do Instituto com a maior "brevidade" possível[20]. Pouco tempo depois, o relatório da presidência fala, pela primeira vez, em uma "quase necessidade" da construção de um novo prédio projetado para ser um colégio interno e abrigar um número de elevado de

[18] Jornal do Pará. 22/10/1876. p. 02.
[19] A Constituição. 21/08/1876. p. 01.
[20] Jornal do Pará. 20/01/1877. p. 01.

alunos e oficinas, e não uma residência familiar.[21] Entretanto, o próprio João Capistrano Bandeira de Mello Filho, presidente no momento, reitera as más condições nas quais se encontravam os cofres provinciais, segundo ele, sendo assim a província não possuía condições de atender as necessidades de reformas até então solicitadas e de caráter dito urgente. Esta fala indica que os educandos estavam vivendo em um estabelecimento com sua parte central arruinada e que o orçamento provincial previsto não cobriria as obras, pedindo assim que a assembleia aumentasse o valor.

Até aqui fica evidente a relação direta entre a condição das necessidades básicas dos educandos com a verba direcionada ao instituto e seu gerenciamento, neste caso a habitação, mas também alimentação e saúde. A falta de recursos para obras é um argumento sempre utilizado para justificar a manutenção das más condições do prédio do instituto, sendo assim cabe pontuar que no ano de 1877 foi marcado na trajetória do Instituto paraense como o ano do "defraudamento", apesar de não haver comentários sobre o tema na sessão destinada a informar sobre o instituto no relatório da presidência, os jornais nos dão um grande número de informações sobre o acontecido.

Assim como em relação as verbas para obras, a Assembleia Provincial também tinha interesse em limitar as verbas direcionadas a instrução e isso incluía as despesas que os cofres do IPEA não eram capazes de suprir, necessitando do auxílio do tesouro da província. Por isso, deve-se ter em mente que em apenas alguns poucos anos após a sua abertura o IPEA foi alvo de uma política de redução de gastos do tesouro provincial, contudo carecia destas inúmeras reformas e ampliações que não eram possíveis ser feitas com a receita do estabelecimento. Como já comentado, a imprensa fez inúmeras denúncias a esse respeito. Assim, nesse cenário de críticas que incluía o fechamento das oficinas, uma proposta de extinção, os resultados pouco satisfatórios de lucros, nenhum educando formado e sua incapacidade de se sustentar sozinho, fazem com que em março de 1876 Miguel Lucio de

[21] Falla de João Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2.a sessão da 20.a legislatura da As. Leg. da prov. 15 de fevereiro 1877.

A. Mello Filho apresente a Assembleia Provincial o "*Projecto 1151"* para investigação do Instituto de Educandos, para fazer público:

> Qual a receita do Instituto de Educandos no ano findo e de que proveio ela; quais os materiais que existem em deposito, o preço porque foram comprados, e quais as obras fornecidas pelo mesmo estabelecimento a repartições públicas e o preço de cada peça. Qual o destino dado ao pecúlio dos educandos e ao produto da banda de música (...)[22].

A noção da necessidade de se dar uma resposta acerca do quadro caótico que se encontrava o instituto era tão visível que a Assembleia Provincial aprovou o projeto sem nenhum debate.

Assim, as investigações levaram a descoberta do desfalque e no meio desta ocorrência estava Narciso Ferreira Borges[23], um educando notável, considerado *"Idôneo e morigerado"*[24] o suficiente para ocupar um cargo de destaque como chefe de turma. O menino Borges não teve sua participação apenas como educando da instituição. Ele foi figura ativa neste escândalo que indignou os jornais tanto oficiais quanto liberais e conservadores, causando um enorme alvoroço, Narciso acaba se envolvendo como um personagem central, como testemunha chave. A fraude no Instituto de Paraense de Educandos Artífices, ocupou as primeiras páginas de importantes periódicos, como *A Constituição*, *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará, Diário do Gram-Pará* e o *Jornal do Pará*. O desfalque no Instituto, dado pelo seu então almoxarife Guilherme Hesckth, teria começado, segundo o jornal *Liberal do Pará*[25], com alterações nas listas de materiais armazenados no armário do almoxarifado. Hesckth assumiu o cargo em 1873[26], substituindo Xavier Rodrigues Morais.

O desfalque vem a público em 1877. O presidente da província alega uma desconfiança em relação a administração do Instituto, desta vez não

---

[22] A Constituição. 15/03/1876. p. 02.

[23] Para mais informações sobre a trajetória dos educandos do Instituto Paraense de educandos Artífices vide: FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *"Educados no trabalho para o trabalho"*: trajetória dos alunos do instituto paraense de educandos artífices (1872-1912). In*: Anais Online do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH-Brasil.* Recife, 2019.
_____. *"Nós, os educandos artífices paraenses":* perfil e trajetória dos aprendizes do instituto paraense de educandos artífices (1872-1905). p. 2.

[24] Jornal do Pará. 18/03/1875. p. 01.

[25] O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.

[26] Jornal do Pará. 15/08/1873. p. 01.

somente uma crítica, como vinha sendo feito às atribuições do diretor, mas sim em tom de exigência por investigações. Assim sendo, Bandeira Mello, em visita ao instituto, atesta a fraude. Narciso foi a testemunha que o "defraudamento" era real e como foi conduzido, mesmo antes do almoxarife confessar. O oficio do diretor Vicente Batista Miranda, dirigido a presidência da província relatava que Narciso lhe contara que os lançamentos feitos na última linha da primeira página e nas duas do fecho da relação, haviam sido deixados em branco para neste espaço adicionar a soma dos objetos que na realidade não haviam sido adquiridos pelo instituto, soma avaliada em 882$986 réis.[27]

Neste oficio Batista Miranda relata:

> Conhecendo-se a falsificação pela diferença de tinta e mesmo pelo talho da letra do educando Narciso Ferreira Borges (...) chamado o almoxarife Guilherme Hesckth para lhe informar a respeito, foi por ele confessado, que assim o havia lhe mandado fazer, persuadido que o pudesse, afim de desaparecer o desfalque pela escrituração havia em sua carga (...)[28].

Além de toda a carga de conflitos do cenário político que esse desfalque aos cofres da província se revela nas páginas dos periódicos de Belém, dos embates entre o partido conservador, que aponta os dedos nos rostos do almoxarife e do diretor, e o primeiro de "Mais um liberal ladrão" e o segundo com protetor de um criminoso, como anunciou o Diário do Gram-Pará[29]; este episódio, além de mostrar como se davam a dinâmica do almoxarifado até aquele momento, também é um marco importante para a trajetória dos educandos, pois traz à luz as atribuições de funções que um aluno aplicado poderia ser submetido dentro da instituição como previa o artigo 134 e 137 do regulamento de 1873, apesar de até então de formas não oficiais.

Este educando estava responsável por uma relação que continha informações fundamentais para o controle da receita do instituto que também sinaliza para uma relação de hierarquia. Todavia, não oficialmente, já que é somente a partir desta visita investigativa do presidente da província que o

[27] O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.
[28] O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.
[29] A Constituição. 10/02/1877. p. 02.

educando Ferreira Borges assume o cargo de fiel do corpo, no lugar de capitão José Laurino Bentes que passa a ser provisoriamente o almoxarife, e seu colega Anastácio José Cardozo o cargo de agente. Infelizmente, nada mais a respeito da participação de Narciso, ou qualquer outro educando, no corpo administrativo do instituto foi encontrado com citação nominal. Deve-se levar em conta a limitação das fontes que procuravam, em grande medida, propagandear qualidades e defeitos daquela instituição visando objetivos que pouco ou nada tinham a ver com a preocupação do destino daquelas crianças desvalidas que eram o público alvo do IPEA.

A saber, Hesckth foi demitido e respondeu a acusação de crime de responsabilidade no juízo do segundo distrito criminal, no qual Narciso e outros funcionários do instituto foram convocados a depor alguns meses depois. Além disso, o regulamento foi alterado para que o diretor acumulasse cargo de almoxarife.

Os anos seguintes têm o mesmo padrão de reclamações sobre a falta de espaço para abrigar os educandos, necessidade de obras, principalmente nos prédios das oficinas e a falta de recursos para realizá-las. Fala-se também em ampliação do número de vagas para 150, dependendo da ampliação de um saguão para abrigar mais educandos. Todavia, os dados retirados do relatório e das minutas de oficio para o presidente da província do ano de 1879 apontam algumas características da situação em que se encontravam os espaços destinados ao asseio dos educandos.

Em janeiro de 1878 o diretor do instituto manda oficio informando o presidente da província sobre a construção de 13 latrinas, das quais uma havia ficado pronta. Contudo, no final do ano, informa no relatório para a presidência da província que somente 4 latrinas foram efetivamente construídas, com a mão de obra dos educandos. O diretor chama a atenção para a utilização de materiais reutilizados, como a madeiras que sobraram das latrinas anteriores, apesar de afirmar que já estavam começando a dar cupim, e telhas que estavam sem uso armazenadas na propriedade[30]. Atento para este dado pois o relatório da presidência da província em 1881 informa uma série de novas reformas necessárias e indica que o médico do instituto

[30] Jornal do Pará. 19/01/1878. p. 01.

recomendava a construção de banheiros e latrinas boas, demonstrando insatisfação com as existentes que foram orgulho do diretor de 1878 no quesito economia nos materiais, no relatório do diretor, citado a cima, ainda indica que havia necessidade de uma sentina central que atendesse educandos e empregados.

Segundo Clarissa de Almeida Paulillo, "o termo "latrina" designa o receptáculo instalado sobre a abertura feita na terra (fossa), ainda que também pudesse denominar o próprio ambiente." (Paulillo , 2017: 265). A autora ainda informa que no geral estas latrinas consistiam em espaços com uma caixa de madeira, ou pedra com um buraco no centro ou ainda um barril sem fundo, objetos estes que ficavam ligados as fossas para onde os dejetos escorreriam.

Segundo a historiadora Conceição Maria Rocha de Almeida, em Belém nas décadas finais do século XIX e início do XX, as latrinas estavam cada vez mais comuns associadas as regras de higiene corporal e moradia (Almeida, 2010: 155). Outra característica dos hábitos sanitários aos quais os educandos eram condicionados era o banho coletivo. Em oficio ao diretor do instituto no ano de 1879, o presidente da província, ao considerar excessivo o preço de cem mil réis por uma banheira de acapu, indaga o diretor quantos educandos tomariam banho simultaneamente na banheira, sendo autorizada a compra quatro dias depois, dando ênfase de que a banheira tinha preço condizente, devido a mesma ser grande, dando a entender que o número de educandos que tomariam banho juntos respondido pelo diretor foi elevado.

Existia uma preocupação, nos anos finais da década de 1870 com a separação dos educandos menores dos mais velhos, os quais são várias vezes referidos como homens na documentação. Parecia ser de suma importância para o diretor, em nome da moralidade da instituição, que os dormitórios fossem divididos por idade e sofressem constante rondas, não era diferente em relação ao lavatório, descrito no ano de 1878 como um "pequeno telheiro sem banheira", e apontava a necessidade da construção de um banheiro amplo divido em dois para apartar os menores e médios dos maiores. Conceição disserta sobre os costumes de banho na capital da província do Pará no período, indicando que a prática de se banhar diariamente era comum

e que uma boa parte da população, em especial sua parcela mais pobre, tinha costume de se banhar despida em baixo das pontes, quintais e nas praias do litoral da cidade (Almeida, 2010: 90-94), prática considerada inconveniente ao pudor público, então a administração provincial tratou de tentar proibi-la. Desta forma, a preocupação do diretor, encontrava-se em sintonia com preocupações da camada da sociedade paraense encarregada da administração da província.

Outro aspecto da condição de vida destes alunos que pode ser observado por meio dos pedidos da direção ao tesouro provincial é a relação com a água, já que, assim como a maioria das casas em Belém do período, não havia bomba d'água no estabelecimento, ou seja, todas as atividades da casa que necessitavam de água dependiam da força de trabalho dos meninos para fornecimento, serviço comum aos trabalhadores domésticos livres ou escravizados. Ou seja, desde a preparação dos alimentos, para ingestão, limpeza da casa, asseio dos estudantes até a água necessária nas oficinas eram puxadas do poço pelos educandos. Sobre os aparatos pertinentes as relações paraenses com a água nos oitocentos, Conceição Maria Rocha de Almeida comenta que a década de oitenta do século XIX foi marcada pelo crescente interesse dos moradores de Belém em modernizar as formas de obtenção das águas na cidade, tornando-se cada vez mais comuns anúncios de vários tipos de bombas, torneiras, válvulas e etc. (Almeida, 2010: 141-143). Não seria incomum que o diretor do instituto, que no geral eram homens de boa posição social, estarem, mais uma vez, em afinidade com estes pensamentos do período.

O relatório do diretor do instituto informa em 1878 que os educandos sofriam pela falta de um poço ou a limpeza do já existente. O pedido para compra da bomba no ano seguinte não nos confirma se o poço particular do terreno do IPEA, no qual a bomba poderia ser instalada "para agilizar o serviço braçal" fora limpo melhorando a qualidade da água, contudo o relatório de 1881 também pede a abertura de um poço "necessário ao serviço de banho dos educandos[31]", um indício que, com a limpeza ou não, a água

[31] Relatório de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província para Assembleia Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881.

do poço já existente não era mais considerada boa para uso. Apesar da criação da companhia de água do Pará na década de 1880, não existe nenhum registro que indique a instalação de água encanada no estabelecimento até sua mudança de edifício no início do século XX.

Diferente era a situação da iluminação do IPEA, pois em 1879 o diretor faz alguns pedidos para a presidência autorizar reparos no encanamento de gás da casa, os quais serviam a iluminação, ficando quase o ano inteiro sem reparos efetivos, sendo somente em novembro, sete meses depois do primeiro pedido, autorizado que o diretor entre em acordo com a companhia de fornecimento de gás. Sobre este tema o diretor comentou em 1878:

> Enfim a iluminação á gás é a pior possível, porque há dias (sobretudo os de chuva) em que os candieiros não se acendem, entretanto que a despesa com o gás aumenta, o que é fácil verificar-se pelas contas mensais, e isto devido, como já tive a honra de participar presidência em ofício n. 173 de 28 de dezembro de 1877, ao escapamento constante do gás por orifícios praticados em diversos lugares dos tubos, e sobretudo nos lugares de soltura, porque nunca foram concertados nem mudados, pedindo a companhia do gás um preço excessivamente elevado para os reparos da mesma encanação[32].

O diretor neste mesmo relatório alerta que se medidas não forem tomadas com urgência, o gasto com o gás será superior ao gasto que se teria com a dita obra. Por fim, é importante pensar no espaço de exterior ao edifício, pouco se fala sobre este espaço no qual os educandos por ventura tinham seus pequenos momentos de recreio, que muitas vezes eram exercícios militares, o relatório do diretor de 1878 apenas cita esta situação quando comenta que foi feita a divisão do quintal em dois para melhorar a vigilância dos educandos. O acesso dos educandos ao mundo fora do internato também era limitado e esta reclusão foi feita através do controle da entrada e saída destes meninos, e neste mesmo relatório o diretor comenta que o controle era feito por meio de bilhetes os quais possuíam o tempo em que o educando que havia saído deveria ter permanecido fora, assim ele apresentaria este bilhete para quem quer que estivesse fazendo a ronda que

[32] Relatório do diretor do IPEA de 1878, anexo a fala de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa provincial 16 de junho 1879.

este mesmo diretor instituiu. Entretanto, isto não parecia ser o suficiente para cercear as vontades dos educandos, sobretudo os mais velhos, de ultrapassarem os limites do terreno da instituição.

A primeira menção sobre as condições de cercamento do instituto é de 1878, o despacho de nº 164 do dia 14 de dezembro de 1877, este autorizava o concerto no cercado de madeira do instituto assim como a compra de ferramentas para as oficinas[33]. Mais à frente, em fevereiro de 1881, o diretor em oficio pede ao presidente que rogue junto a assembleia provincial que libere verba para a construção de um muro, se não completo, pelo menos que se estendesse por toda extensão da frente da casa, a qual somente possuía grades baixas que poderiam ser "facilmente galdadas"[34]. A preocupação do diretor tinha menos relação com invasões por assaltantes e mais com possíveis fugas dos educandos, apesar de ter expressado preocupação com a insegurança da secretaria onde estava o cofre no relatório do Instituto de 1878. Há somente uma ocorrência no período de educando fugindo e sendo punido com expulsão, causando até mesmo o acionamento da polícia. Porém, isso não quer dizer que não haviam outras fugas que não foram pegas. No mesmo dia 5 de fevereiro em que o ofício pedindo o muro do instituto, o diretor nos dá a pista para esse entendimento ao comentar um caso da estatística médica, no qual um educando apresentava um quadro de gonorreia, doença que, segundo ele, não deveria ser conhecida por educandos internos em instituição de ensino.

Apesar destes inúmeros apelos da presidência e algumas denúncias da imprensa, a Assembleia Provincial, por muito tempo, se recusou a fornecer o ordenado necessário para as obras, alegando que os cofres da província não estavam em boas condições para gastos. Em dezembro de 1882 jornal *O Liberal do Pará* publica um artigo em crítica à Assembleia que mostra, aos olhos de uma oposição, as ações da assembleia em relação à reforma do Instituto:

> Continuamos a tarefa que nos impusemos de chamar a atenção publica para os heroicos feitos da assembleia provincial. Ocupemo-nos ainda uma vez com a instrução

[33] Jornal do Pará. 08/01/1878. p. 02.
[34] Oficio do diretor do instituto paraense de educandos artífices 1881, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

> publica que tantos golpes sofreu na maioria conservadora da assembleia: Se considerarmos o que foi feito para o Instituto de educandos artífices, vemos que não foi votado um seitil para melhoramento do edifício, que carece de oficinas largas e arejadas, de cômodo para os educandos e de aumento dos dormitórios para outros, que esperam vagas sem poderem ser admitidos pelo estabelecimento (...)[35].

O pedido pelas obras só foi acatado e posto em prática na década de 80 e por partes, primeiro a enfermaria, depois as oficinas e por último o prédio principal, contudo o Instituto se muda para nova sede, com direito a um espaçoso prédio com terreno vasto e até mesmo vila para os funcionários na antiga Estrada de Bragança, no Marco da Légua em 1899. Não foi fácil chegar até ali para os internos que foram obrigados até a dividir suas camas até o novo edifício ficar pronto. Não obtive, assim, informações sobre conclusão das obras. Talvez devido a gravidade da situação, já que as obras começam a se direcionar para estrutura da casa, as paredes não eram mais consideradas seguras, em 1880 pede-se reforma nas vigas do edifício e obra de consolidação de seus alicerces.

Neste artigo, pudemos a perceber precariedade das condições habitacionais dos educandos do instituto paraense e que, apesar da necessidade de reformas ser reconhecida pelos dirigentes da província, não houve esforço no sentido de melhoramento das condições estruturais e de salubridade da casa na qual a instituição funcionava, sob a alegação de não haver recursos no Tesouro provincial para tais ações. Esta situação só muda quando o instituto é transferido para outro prédio que foi pensado para ser um colégio interno. Por fim, é importante destacar que as discussões acima levantadas fazem parte do esforço para entender as condições de meninos desvalidos atendidos por internatos voltados para formação de trabalhadores, sujeitos que até então apresentavam-se disformes na historiografia, fugindo da análise comum de questões relacionadas a regimento e currículo, já que é preciso considerar que a partir da matrícula os educandos passam a morar na escola, tomar banho, se alimentar, dormir, socializar e etc. Todos os esforços para contar histórias de crianças e adolescentes pobres que

[35] O Liberal do Pará. 01/02/1882. p. 01.

frequentaram instituições como o IPEA durante todo o século XIX, são válidos e necessários.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará:* história, natureza e cultura material no século XIX. Tese (Doutorado em História). Católica-PUC. São Paulo, 2010.

ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Descrição da vida escolar em romances brasileiros.* Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque.* Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPA, Belém, 2011.

CONÇEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar*: Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950). Tese (Doutorado em História) UFBA. Salvador, 2012.

FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *"Nós, os educandos artífices paraenses":* perfil e trajetória dos aprendizes do instituto paraense de educandos artífices (1872-1905). Dissertação (Mestrado em História). PPHIST-UFPA. Belém, 2021.

PAULILLO, Clarissa De Almeida. *Corpo, casa e cidade: Três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929).* Dissertação (Mestrado em Desing e Arquitetura). USP. São Paulo, 2017.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. E-book Amazon Kindle, 2020, p. 134.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de janeiro, 2004.

SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX In: *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p. 81-94, 1º semestre de 2014

SOUZA, Maria Zélia Maia de. O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: Nem Negros Escravos E Nem Criminosos. In: *Revista Contemporânea de Educação.* Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2009, 43-60. ISSN 1809- 5747.